

Editora

Ivana Jinkings

Editora-assistente

Thaís Burani

Editor de imagens

Sergio Romagnolo

Editor de poesia

Flávio Aguiar

Revisão

Thais Rimkus

Capa

Antonio Kehl e Sergio Romagnolo

Imagens do miolo e da capa

Mauro Restiffe

**Obras que compõem a série Maré, 2014,
e, na terceira capa, "Mirante #5", 2010.**

Projeto gráfico e diagramação

Antonio Kehl

Produção

Livia Campos

Impressão e acabamento

Intergraf

ISSN 1678-7684

número 24: junho de 2015

É vedada a reprodução de qualquer parte
desta revista sem a expressa autorização da editora.

Esta publicação atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373 – Sumarezinho

CEP 05442-000 São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br | www.blogaboitempo.com.br

www.facebook.com/boitempo | www.twitter.com/editoraboitempo

www.youtube.com/imprensaboitempo

Sumário

Apresentação 9
IVANA JINKINGS

ENTREVISTA

Immanuel Wallerstein 11
DANIEL BIN

DOSSIÊ: CIDADES EM CONFLITO, CONFLITOS NAS CIDADES

Apresentação 29
JOÃO SETTE WHITAKER FERREIRA (organização) e KARINA DE OLIVEIRA LEITÃO (colaboração)

O território e a dominação social 31
FLÁVIO VILLAÇA

América Latina urbana: violência, enclaves e lutas pela terra 37
TOM ANGOTTI

Espaços em disputa e contestações 44
AGNES DEBOULET

Conflito urbano e gramáticas de mediação 51
GABRIEL DE SANTIS FELTRAN

ARTIGOS

Racismo de Estado e antirracismo de classe na Europa 57
PIETRO BASSO

Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? 72
LUIZ EDUARDO SOARES

Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica:
verdade e emancipação 87
MARIO DUAYER

Racismo de Estado e antirracismo de classe na Europa

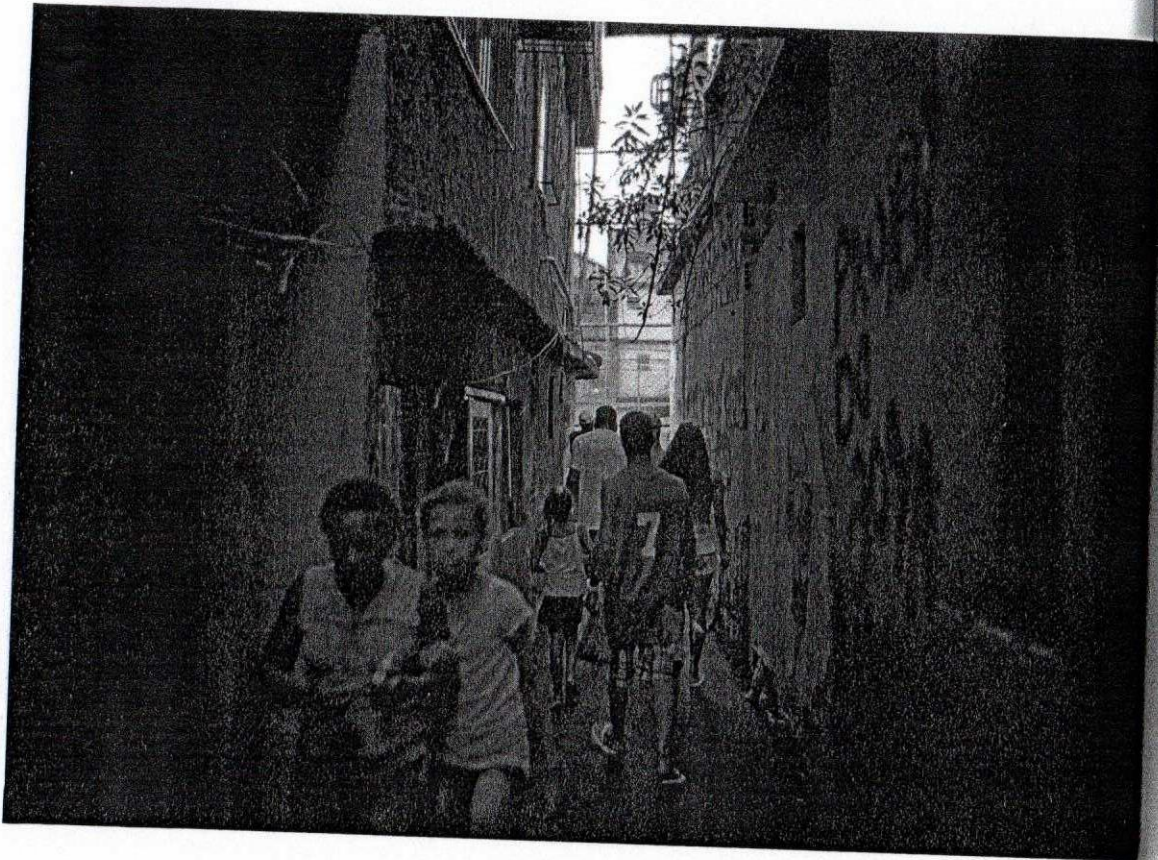
PIETRO BASSO*

Aquela que vem se configurando como a maior crise da história do capitalismo coloca em evidência que, para o frenético e tardio capitalismo global – “afrito” por um excesso de máquinas em relação à quantidade de trabalho vivo empregada –, o trabalho vivo custa muito, tem muitos direitos, muita rigidez, muitas garantias, muito poder de interdição e um excessivo reconhecimento social. E deve ser reconduzido à “razão”. À *razão do lucro*.

Se necessário, com remédios especiais, do tipo aqueles oferecidos em Bagdá e em Gaza, quando se trata de pessoas “não brancas”, particularmente arábias; ou, caso contrário, com “pacíficas” medidas de “austeridade”, a saber, aquelas brutalmente impostas nos últimos anos aos trabalhadores gregos, irlandeses, portugueses, espanhóis, italianos. De modo que, para o sucesso de tais terapias de choque, nada é tão útil quanto a volta à cena de doutrinas, estereótipos e práticas racistas já experimentados pelo colonialismo histórico; nada é tão útil quanto a divisão organizada, a concorrência assídua e, mais ainda, o *choque* aberto de trabalhadores de diversas “raças” e nacionalidades.

Mesmo porque, as migrações internacionais para os países europeus (e para os Estados Unidos) certamente não estão por se exaurir. Para as próximas décadas, ao contrário, prevê-se a intensificação delas; e essas não serão compostas na maior parte por “emigrantes” temporários, prontos para retornar tão logo vencido o contrato de trabalho

* Tradução de Patrícia Villen. (N. E.)



ou surjam primeiras dificuldades. A chamada *circular migration*, isto é, a imigração temporária de trabalhadores “hóspedes” por tempo determinado, que os países ricos declaram aspirar no enunciado de suas políticas migratórias, não poderá senão ter um papel *limitado* nas futuras migrações, seja pelos fatores de expulsão, seja pelas necessidades estruturais de longo prazo da força de trabalho imigrante de baixa ou alta qualificação nos países ocidentais, que tendem a tornar tais imigrações sempre mais definitivas¹.

Pode-se dar igualmente por óbvio que a Europa não poderá, de nenhum modo, renunciar ao *racismo de Estado*. Essa é a fórmula mágica por meio da qual os governos reabastecem as empresas de braços e de cérebros do mundo inteiro a baixíssimo custo, descarregando em causas, fatores e atores *externos* a responsabilidade dos males sociais, de forma a diminuir o risco de explosões de conflitos sociais *segundo linbagens de classe*, jogando os trabalhadores e os “povos” uns contra os outros.

A intensificação do racismo de Estado na crise

É evidente a tendência de um futuro agravamento desse racismo institucional, justamente porque inicia-se agora uma longa fase, se não uma época, de crescentes tensões entre o Ocidente e os países emergentes do Sul e do Leste do mundo. Nesse sentido, as cartas já estão dadas, e nada pode ser descartado, nem mesmo uma organização de *pogrom* anti-imigrantes em escala mais ampla do que aquela de Oslo. De resto, se em dez anos foram deixados para ser engolidos pelo Mar Mediterrâneo pelo menos 15 mil imigrantes que se dirigiam à Europa, se isso foi justificado, sem piedade, como uma inevitável “perda colateral”, como é possível pensar que conflitos e crimes racistas, privados ou de Estado – como aqueles de El Ejido, Castelvoturno, Calais, Ceuta e Melilla, Patraso, Rosarno –, não tendam a se repetir em maiores dimensões? E é do mesmo modo possível, aliás, provável, que as instituições europeias trabalhem para fomentar choques entre os próprios imigrantes, um fenômeno nem um pouco novo².

¹ Cf. John P. Martin, “Temporary Labour Migration: An Illusory Promise?”, *International Migration Outlook*, 2008, p. 18-20.

² Arun Kundnani, em seu artigo “The Death of Multiculturalism”, *Race & Class*, n. 43, 2002, p. 68-9, mostrou com qual esperteza o multiculturalismo do Estado britânico havia dividido e estabelecido a concorrência entre as diferentes “comunidades negras”, favorecendo a criação de

O reavivamento do racismo de Estado foi gradualmente tomando consistência durante os anos 1980 e 1990, até dar um *salto de qualidade* no início do século XXI – nos Estados Unidos, depois do dia 11 de setembro de 2001; na Europa, no período imediatamente posterior. Mais do que um salto de qualidade num momento único, na Europa sofreu uma *escalada*³, com a adoção de políticas migratórias ainda mais discriminatórias, seletivas e repressivas. Não se trata tanto de políticas contra a imigração quanto de políticas *contra os imigrantes*, uma vez que não visam ao bloqueio total da imigração – o que teria efeitos desastrosos para a Europa –, mas, sim, a criar e consolidar uma massa de trabalhadores divididos em séries B, C e D. Em outras palavras, sua finalidade fundamental não é nenhuma imigração, é a *imigração sem nenhum direito*.

O *primeiro* propagador do *reavivamento* do racismo em vigor na Europa é, na verdade, o racismo *institucional*. E seus *primeiros* protagonistas são os próprios Estados, os governos, os parlamentos – com suas legislações especiais e seus discursos públicos *contra os imigrantes*; com sua práxis administrativa discriminatória e arbitraria, que torna amarga a existência dessas pessoas e legitima a superexploração brutal de seu trabalho; com a seleção, de fundo racial, entre nacionalidades “boas” e nacionalidades perigosas, entre imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis”; junto a obsessivas operações policiais anti-imigrantes e à multiplicação de campos de detenção, dentro e fora dos confins da Europa⁴.

O reavivamento do racismo institucional europeu – e falo de “reavivamento” porque trata-se de um fenômeno recorrente na história europeia – toca incessantemente alguns *temas-chave* ligados entre si: o Islã (e os islâmicos), os ciganos, os imigrantes “clandestinos”, os refugiados. Cada um desses contribui, a seu modo, para justificar a

lideranças de classes patriarcais e tradicionalistas internas, encarregadas de manter sob controle essas classes, fechando-as em verdadeiros “*ethnic fiefdoms*” [feudos étnicos], isolados e reciprocamente hostis.

³ Refere-se ao percurso realizado na Itália, desde a Lei Turco-Napolitana até a Bossi-Fini, ao “pacote segurança”; na França, a recorrentes mudanças (pelo menos cinco, nos últimos oito anos) na legislação sobre a imigração no sentido restritivo e repressivo, mesmo período no qual o ministro da Imigração se tornou ministro da “Identidade Nacional”.

⁴ “Primeiro” não quer dizer; evidentemente, “único”. São de fato três as fábricas e os ciclos contínuos de venenos racistas: o mercado, o Estado e a indústria cultural, anel de conjunção entre as necessidades cogentes do mercado global, dos Estados-nações e a dita opinião pública. Neste artigo, a atenção se concentra na ação dos Estados.

hierarquia racial-nacional existente nas sociedades europeias e no mercado de trabalho europeu – onde a força de trabalho imigrante não tem condições paritárias face àquela nacional – e para difamar as populações imigrantes, criando um *fosso* e um *falso antagonismo* entre imigrantes e nativos, em especial entre trabalhadores imigrantes e trabalhadores nativos, que, a despeito disso, permanecem ligados por um destino comum.

O racismo de Estado é destinado a *precarizar* ao máximo a existência dos trabalhadores imigrantes e, concomitantemente, a *inferiorizá-los* no plano jurídico e simbólico, seja perante si mesmos, seja perante as populações e os trabalhadores nativos. Necessariamente, essa ação dirige-se, em maior medida, contra os núcleos mais numerosos e organizados da imigração, que são, na Europa, os imigrantes dos países árabes e “islâmicos” (nos Estados Unidos, os latinos). Mas, por meio da especial demonização das nacionalidades mais indesejáveis (o meio), o que os Estados, os governos e os parlamentos têm em vista é o *inteiro* mundo da imigração, aí incluídas as nacionalidades “boas”. Ou melhor, o *inteiro* mundo do trabalho, a *desvalorização* de *toda* força de trabalho, sem olhar as diferenças nacionais (o fim)⁵, que também se esforçam para manter em pé, tornando mais difícil a unidade da classe trabalhadora.

Eis uma questão fundamental, desse ponto de vista: as políticas migratórias, por mais que se dirijam formalmente a uma só parte do mundo do trabalho, não são políticas *setoriais*; são, de fato, parte integrante das políticas *gerais* com as quais os Estados e os mercados definem a modalidade do uso e da exploração do trabalho, exatamente *em geral*, isto é, em sua totalidade. Logo, uma vez que o mercado de trabalho é um *sistema de vasos comunicantes*, essas políticas produzem gradualmente seus efeitos sobre os imigrantes e sobre *todo* o proletariado, inclusive o proletariado europeu. E, ainda, produzem efeitos *sobre a inteira vida social*, mesmo fora do mundo do trabalho assalariado.

Além da desvalorização da força de trabalho, a ação específica que os poderes institucionais europeus desenvolvem, para e contra as populações imigrantes, revela-se útil também para afastar de si, e da economia de mercado enquanto tal, a responsabilidade de ter causado

⁵ Desenvolvi esse tema em meu artigo “L’ascesa del razzismo nella crisi globale”, em Pietro Basso (org.), *Razzismo di Stato: Stati Uniti, Europa, Italia* (Milão, Franco Angeli, 2010). Retomei e reelaborei aqui algumas partes dos ensaios contidos nesse volume.

uma crise com efeitos tão devastadores para os trabalhadores. Como? Através da *criminalização da pobreza*, ou seja, da culpabilização daquela parte do mundo do trabalho que não consegue e não conseguirá no futuro, por causa da crise, fugir da pobreza. Aqueles que, por razões históricas ou contingentes foram empurrados para a margem do mercado de trabalho, vêm sendo acusados de não contribuir com o desenvolvimento da economia e de querer viver à custa do resto da sociedade. Logo, se as coisas na Europa vão mal para os trabalhadores nativos, a culpa não é das leis do sistema capitalista, é dos imigrantes marginalizados, aspirantes a ser mantidos pelo Estado, e é com eles que se deve implicar.

Contudo, a ascensão do racismo *não* é irreversível. O número, o enraizamento, a centralidade dos imigrantes na produção de bens e serviços são crescentes. E igualmente crescente é a força objetiva deles, um obstáculo não fácil de ser aplainado pelas políticas racistas. Está em ato uma transformação de época nas sociedades ocidentais no sentido multirracial/multicultural, que se entrelaça com um inédito processo de polarização social entre capital e trabalho; isso, por sua vez, se intercepta com a crise da ordem mundial guiada pelos Estados Unidos. A história dos grandes conflitos sociais, das grandes alternativas sociais e políticas que marcaram o século XX, ao contrário de acabada, parece estar a ponto de recomeçar, por meio de novas bases e em novos “lugares”.

Mesmo porque, *diferentemente de antes* (uma vez considerada a própria Europa), vivendo lado a lado, as pessoas de diversas nacionalidades que ganham a vida com o próprio suor e a exaustão dos próprios nervos estão aprendendo *também* aquilo que as aproxima e as une, estão experimentando, em meio a múltiplas incompreensões, preconceitos, atritos, choques, ódios, *também* o valor ideal e material da solidariedade entre trabalhadores, *para além* das diferentes cores de pele, das diferentes culturas, das religiões ou não religiões, das diferenças verdadeiras ou presumidas entre as civilizações. E é justamente esse longo e cansativo aprendizado comum a nativos e imigrantes que incomoda os poderosos da Europa e da América do Norte.

Além disso, os trabalhadores e os jovens europeus estão tendo, e cada vez mais terão, uma experiência *negativa* com as políticas anti-imigrantes. Essas políticas não poderão manter a promessa que evocam de melhorar ou ao menos de proteger os nativos, atingindo os imigrantes ou os mais “réprobos” entre eles. Desde que foram formuladas – o primeiro “*alt à l’immigration sauvage!*”, lembremo-nos, é

passaram quarenta anos —, não foram mantidas e não poderão ser, muito menos na crise global em curso.

A crise que eclodiu em 2007 não é uma simples recessão conjuntural. É um pesadíssimo terremoto cujos abalos telúricos não se exauriram, cujos efeitos sobre o trabalho assalariado estão bem longe de já ter se manifestado completamente. É o fim inglorioso, como merecia, do modelo de desenvolvimento “neoliberal” (neoliberalismo conservador). Mas, de suas cinzas, certamente não nascerá um capitalismo mais sedado e equitativo. Com o fim da ordem econômica, política e militar guiada pelos Estados Unidos, o capitalismo mundial está ainda mais dilacerado por seus antagonismos históricos. E quaisquer que sejam, de imediato, as dosagens das medidas anticrise, a caótica fase histórica inaugurada prenuncia uma agressão *duradoura e impiedosa* à força de trabalho *em sua totalidade*. Mesmo àquela “branca” (com a astúcia da parte dos governos interessados, como previsto, de nunca a colocar exatamente sobre o mesmo plano daquela “não branca”). Porque, em última instância, a causa da crise é a insuficiente lucratividade do capital.

Uma enérgica retomada da acumulação capitalista *exige*, numa perspectiva não muito distante, o drástico rebaixamento do valor médio da força de trabalho em escala mundial, *começando* por aquela ocidental. O “bom exemplo” foi dado justamente pelos Estados Unidos de Obama, com 6 milhões (!) de novos desempregados em um ano e meio e o corte violento dos salários operários na indústria automobilística. A Europa está seguindo, aliás, *deve* seguir pela mesma estrada, seja para não se fazer apartada no necessário processo de reestruturação, seja porque os jovens capitalismo emergentes no Sul do mundo consomem, dia a dia, a cota do mercado mundial histórico, antes apanágio dos países europeus.

⁶ Pouco antes da eclosão da crise, Simon Head, em *The New Ruthless Economy: Work and Power in the Digital Age* (Nova York, Oxford, 2005), com base em dados incontroversos, destacara o caráter cruel da nova economia, desmontando a falsa ideia segundo a qual a chamada *information technology* tornaria os trabalhadores mais livres, autônomos e bem pagos. Ocorreu o contrário, ele defende. A *information technology* é plenamente corresponsável pela crescente polarização de salários e renda, pois simplificou e banalizou bastante o trabalho dos empregados de médio e baixo escalão e submeteu-os a controles mais rígidos mesmo em certos estratos de alta qualificação, como as profissões médicas. Mais grave ainda com os trabalhos de mais baixa qualificação, nos quais a atividade dos trabalhadores foi reduzida a ler na tela (como aluninhos) o que deve ser comunicado aos clientes. É óbvio que o poder de contratação dos trabalhadores também foi enfraquecido nessas condições.

Essa crise marca uma verdadeira passagem de época. O relançamento capitalístico dos últimos trinta anos ocorreu, em larga medida, graças ao deslocamento da indústria manufatureira internacional para além das metrópoles ocidentais, principalmente na China e na Ásia. Lá onde essa tendência conseguiu adquirir ainda mais força, os países europeus se encontrariam em dificuldade semelhante àquelas dos Estados Unidos de hoje, face à colossal produção chinesa, da qual “dependem” cada vez mais. Não podem se dar ao luxo. Eis porque se pode esperar dos governos e das empresas europeias uma selvagem intensificação do aperto, e a extensão do recurso à *information technology*, à biotecnologia, à nanotecnologia etc., devido à específica capacidade de *labour saving*, o que significa que a desregulamentação do mercado de trabalho e das condições de trabalho avançará com efeitos desestabilizadores sobre a vida dos trabalhadores.

E descontar no bode expiatório, o imigrante, *não terá nenhum êxito resolutivo*. Afinal, a força de trabalho imigrante representa apenas 10% da força de trabalho na Europa e já está espremida ao máximo. É muito difícil incrementar o aperto. Agora, o que está cada vez mais na mira dos fortes poderes financeiros são os próprios trabalhadores europeus e as “garantias” que lhes restam, geradas por suas próprias lutas dentro de um ciclo capitalista afluyente. Se por um absurdo fosse fechado um acordo na Europa entre capital e trabalho nacional para a total expulsão dos 30 milhões de imigrantes (ou mesmo “apenas” dos 8-10 milhões de “irregulares”), os trabalhadores e trabalhadoras europeus cometeriam *um perfeito harakiri*. Isso porque as economias europeias, que tanto devem sua competitividade ao menor custo do trabalho imigrante e à fundamental contribuição do trabalho, como cuidadoras, das mulheres imigrantes, colocariam o excesso de cansaço, insegurança e humilhação hoje imposto às trabalhadoras e aos trabalhadores imigrantes exatamente sobre as trabalhadoras e os trabalhadores nativos. Caso contrário, deveriam afundar-se, coisa que, com certeza, não farão.

Considerações semelhantes podem ser feitas sobre a política da “tolerância zero”, que propaga, há pelo menos duas décadas, a falsa promessa: por meio de uma luta implacável às pequenas violações da “legalidade”, à mendicidade, aos pichadores, aos lava-vidros, aos camelôs, à juventude das periferias e, sobretudo, aos *imigrantes* mais ou menos “irregulares”, a sociedade se tornará mais segura, mais viável, mais imune a furtos, assaltos, sequestros, violências individuais e, até mesmo, patologias maiores, como a difusão das drogas e da

promessa: combatamos juntos o pequeno delito, a pequena criminalidade e nos salvaremos também da grande criminalidade, que, no fundo, nasce de uma pequena criminalidade não adequadamente combatida. Se, ao contrário, continua-se “permissivo” com a mais leve das ilegalidades (dos imigrantes), estaremos perdidos.

Os efeitos *reais* de tais políticas – a prova, mais uma vez, vem dos Estados Unidos – são de tipo bem diferente: a multiplicação dos presos (muitos dos quais negros e latinos), a explosão do gasto estatal em prisões e penitenciárias paralelamente à redução do gasto social (na Califórnia se gasta, hoje, mais com novas prisões que com novas escolas e hospitais), um sistema sempre mais capilar de controle e fichamento *de todos*. Logo, não se trata de maior segurança social, mas, sim, de maior *repressão* seletivo-racial e em escala geral, além de maiores cortes nos fundos para a seguridade social.

Depois de um quarto de século dessa terapia, os Estados Unidos continuam a ser a mesma sociedade violenta que eram antes (uma violência que pesa continuamente sobre as mulheres) e uma sociedade, mais do que nunca, marcada pela *insegurança social*, incluindo a classe média endinheirada. Tampouco na Europa veremos resultados com sinalização diferente, por mais que se queira, como fez Blair, deter em prisões experimentais garotos menores de catorze anos e talvez, depois, seus pais, seus parentes vivos de segundo grau, até, quem sabe, seus avós, a ser desenterrados (seu sucessor, Cameron, já se encaminhou nessa direção).

Nem é de esperar que, dando pauladas nas populações imigrantes, confinando-as às margens da sociedade europeia, enviando-as “de volta pra casa” (onde, aliás, estamos geralmente “nós”, ocidentais, a patronear com “nossas” empresas ou “nossos” bancos) ou levando a guerra a seus países, reencontraremos o calor (verdadeiro ou mistificado) da “velha comunidade”. Quem incita as pessoas nessa direção faz uma referência obsessiva a “nossos” valores, “nossa” cultura. Mas “nossos valores” não passam de enganos.

Na sociedade do capitalismo maduro, o único valor verdadeiro, um valor *aterritorial*, é o valor do dinheiro, do dinheiro capaz de crescer-se continuamente, sugando trabalho vivo. Todo o restante só adquire valor se houver uma referência positiva a esse supervalor. Num tal contexto, a referência a nossa cultura/civilização, despida da retórica, condensa-se na reivindicação do direito de nós, Europa, nós, Ocidente, *dominar* o mundo e, no mundo, a *atribuir valor* ao universo

mundo a “nossa” vantagem, a extrair a maior quantidade possível de lucro dos trabalhadores de todo o mundo (eis onde valor e cultura se fundem e se confundem). Permito-me citar Berlusconi, só porque seu dizer franco ao velho colonialismo explicita, de modo impudente, o pensamento dominante (transversal) de toda classe dirigente europeia.

Não é possível colocar no mesmo plano todas as civilizações. [...] Devemos ser conscientes da superioridade da nossa civilização. Uma civilização que deu lugar a um largo bem-estar às populações dos países onde é praticada [graças também a cinco séculos de colonialismo – P. B.]. Uma civilização que garante o respeito aos direitos humanos, religiosos e políticos [é necessário ver de quem – P. B.], respeito que com certeza não existe nos países islâmicos. [...] *O Ocidente é destinado a ocidentalizar e conquistar os povos.*⁷

Em julho de 2007, na cidade de Dakar, o então presidente francês Sarkozy foi além, com um estilo modernizado, neocolonial; seu discurso, contudo, acabou inexoravelmente onde deveria acabar: traçando o *kit* de identidade das deficiências “orgânicas” dos africanos, que os teria impedido de entrar plenamente na história universal, considerando-os, entre tantos outros povos, “destinados a ser conquistados pelo Ocidente”, ou por ele guiados, a fim de superar suas deficiências “orgânicas”.

Aminata Traoré, entre outros, lhes respondeu no mesmo tom⁸, e essa resposta vale para todos os povos que procuraram sair da era colonial e que, por enquanto, não conseguiram ou não conseguiram plenamente. O desejo seria de esfolá-los, na terra deles e no Ocidente, em nome de “nossa” civilização superior. Não será fácil, creio eu. Porque, mesmo no meio de indizíveis tormentos, os povos – e principalmente os trabalhadores, os explorados “não brancos”, incluindo os eslavos do Leste Europeu, que são os “brancos-colorados” da Europa –, resistem como podem às forças que tentam empurrá-los para trás.

Na realidade, as virulentas campanhas contra os imigrantes também nos sinalizam outra coisa: com a eclosão da crise global, abriu-se um novo e longo período de choques entre os velhos-novos colonizado-

⁷ Palavras pronunciadas numa conferência em Berlim, em 26 de setembro de 2001, que recupero pela transcrição do *La Repubblica* de 27 de setembro de 2001. No dia seguinte, o jornal *The Guardian* publicou uma charge na qual Berlusconi estava na boa companhia de Hitler e Mussolini. Mas tais conceitos, vale lembrar, não foram nem são exclusivos da cabeça dos nazifascistas.

⁸ Cf. Aminata Traoré, *L'Afrique humiliée* (Paris, Fayard, 2008) e *L'Afrique répond à Sarkozy: contre le discours de Dakar, ouvrage collectif* (Paris, P. Rey, 2008).

... os poderes constituintes do Ocidente poderão sair vencedores somente na condição de envolverem, de modo ativo, as populações e os trabalhadores ocidentais, que os apertados da crise poderiam, no entanto, empurrar na direção *oposta*, para uma saudável retomada da luta de classe “interna”.

E é justamente para desviá-los dessa via que se fomenta, diante de seus olhos, a tese da *incompatibilidade* e da *natural desigualdade* entre civilizações e culturas, segundo a qual o inimigo, inferior a nós, está aninhado nas pragas obscuras do mundo extraeuropeu ou delas provém para contaminar e desagregar o “nosso mundo”.

A incompatibilidade orgânica, insuperável entre civilizações e culturas diversas, tão propalada nos últimos anos no Ocidente, é uma mentira colossal. As civilizações e as culturas foram capazes, antes, não só de bater-se pela supremacia, mas também, de modo ao menos semelhante, de encontrar-se, influenciar-se, fecundar-se mutuamente e até de fundir-se. Quem diz cultura diz, no fundo, intercultura, pois “cultura”, nas palavras dos romancista turco Orhan Pamuk, “significa mistura e união de influências diversas”.

É verdade, o “refrão do choque de civilizações” é penoso, mas as instituições ocidentais, de uma forma ou de outra, não podem de nenhum modo renunciá-lo numa conjuntura histórica como a atual, na qual se colocam em discussão, concomitantemente, a dominação ocidental no mundo e a coesão social interna.

O antirracismo de classe e a aproximação de trabalhadores nacionais e imigrantes

Em sua obra de difusão, em âmbito popular, do racismo anti-imigrantes, os poderes constituídos da Europa chocam-se, portanto, com uma contradição que não é pequena: as populações, os trabalhadores ocidentais – os solicitados a mobilizar-se contra as populações e os trabalhadores imigrantes – já são, e serão cada vez mais, levados a sentir-se como e a ser de fato *imigrantes nas próprias terras*; sentirão na pele que as políticas contra os imigrantes produzem efeitos negativos para a existência dos próprios trabalhadores nativos, porque eles não estão separados dos trabalhadores imigrantes por uma Muralha da China. Exatamente por essa razão, é necessária uma abundante e incessante injeção de venenos racistas para dividi-los, no pensamento e nos sentimentos, dos imigrantes com quem tenderão a se aproximar na vida cotidiana, muito mais do que já acontece hoje (e mais do que esses mesmos poderes gostariam).

Tanto nos países de antiga imigração, como a Grã-Bretanha, a França ou a Alemanha, quanto naqueles recentemente transformados em países receptores, como a Espanha e a Itália, há *uma crescente “conexão” entre nativos e imigrantes*. A coexistência nos lugares de trabalho, nas escolas, nos bairros, nas cidadezinhas, nos consultórios, no associacionismo, nos sindicatos; o multiplicar-se de relações afetivas e de casamentos entre nativos e imigrantes; o crescente estabelecimento dos imigrantes; a obtenção da cidadania; o crescimento ainda mais acentuado de filhos de imigrantes nascidos no território europeu – tudo isso, não obstante um clima institucional hostil, está ampliando muito, e de forma continuada, uma *rede molecular* de contatos, de amizades, de solidariedade, que dissolve e coloca em segundo plano as “diferenças” culturais, religiosas e de costumes e exalta o que, mesmo na duradoura diferenciação hierárquica de suas posições sociais e jurídicas, *aproxima* os imigrantes e os nativos, os trabalhadores imigrantes e os trabalhadores nativos.

Num relatório de 2009, a Caritas italiana (uma organização católica que desenvolve atividades de assistência aos imigrantes) falou de “um entrecruzamento sempre mais forte entre os novos chegados e a sociedade que os acolheu”, que vai muito além do plano laboral e que a mesma Caritas descreveu, outras vezes, como “uma crescente simbiose” entre italianos e imigrantes. Entrecruzamento e simbiose são termos fortes; podem até soar excessivos porque, neste momento, no dramático enfraquecimento de todas as formas de organização do trabalho assalariado, boa parte dessas conexões, desses laços, aparece e é efetivamente vivida como meros fatos *privados*, relações *entre particulares*, e não como relações entre povos, “raças”, continentes, civilizações, ex-colonizadores e ex-colonizados – como a exceção, não a regra. Mas, mesmo com esses limites, a aproximação entre populações imigrantes e nativas permanece real e continuada.

Em resumo, se não poucos trabalhadores italianos começam a se sentir imigrantes no “próprio” país, em contrapartida, muitos imigrantes começam a ser considerados (e a sentir-se) menos “estrangeiros” no país que não é o de seu nascimento. Essa objetiva, e não só objetiva, *convergência* é um dado de realidade irrefutável. Em particular, as cidades grandes, articulações fundamentais do mercado global, são verdadeiros moinhos “que moem as diferenças nacionais”. Todas as cidades grandes da Europa continuam a desenvolver, sem parar, essa atividade. A mais global das metrópoles europeias, Londres, tinha em seu território, em 1986, 1,2 milhão de imigrantes; vinte anos depois,

da população, presente em mais lugares de trabalho, bairros, condomínios, escolas e casamentos “mistos”, com mais de trezentas línguas diferentes. Isso, vale dizer, não ameniza automaticamente muros e conflitos nacionais e “raciais” – como mostraram os recentes *riots* –, mas coloca bases sempre mais extensas e sólidas para que se possa abatê-los e para que venham em primeiro plano, e sejam decisivas, as diferenças *de classe*.

O relançamento da assimilação e os ataques com intensidade crescente ao multiculturalismo visam a disseminar obstáculos no caminho para essa indecifrável mistura de raças e de nações que, em detrimento do pensamento de Estado ocidental, representa um perigo histórico porque coloca em crise a categoria-nação e o dogma da superioridade de “nossa raça”, nossa cultura, nossa civilização, elementos essenciais e *irrenunciáveis* para a conservação do *status quo*; e porque, colocando em crise a categoria-nação e o dogma da superioridade de “nossa raça”, abre caminho para o reconhecimento de verdadeiros antagonismos sociais e à solidariedade entre os trabalhadores. Essa ofensiva contra o multiculturalismo não pode, entretanto, ser contrastada com os meios e os argumentos recorrentes dos defensores do multiculturalismo.

Explico-me: concordo plenamente com a necessidade de defender aquele tanto de “multiculturalismo” (não aquele para criar guetos) que se formou, entre mil conflitos, na sociedade europeia. Sou da opinião de que seja *submetida à crítica e abolida cada forma de privilégio e desigualdade nacional e “racial”* existente no âmbito da instituição escola e da produção da cultura. Em particular, de que seja reivindicada e afirmada a *mais completa igualdade de direitos para as línguas*, a começar pelo completo reconhecimento das línguas maternas dos imigrantes, atualmente desconhecidas e discriminadas em quase todos os lugares; um reconhecimento que deve ser feito não de forma segregacionista e etnologista de escolas ou classes separadas, mas dentro de uma escola *pública e laica*, inteiramente refundada sobre bases de fato multiculturais e interculturais.

Todavia, mesmo reconhecendo a necessidade de defender as (poucas) realizações multiculturais existentes nos países europeus e ocidentais, parece-me que as diferentes versões do multiculturalismo em circulação revelam uma insuficiência de fundo, uma vez colocadas em confronto com as necessidades de resistência e de luta contra o racismo de Estado.

domínios (ou o que quer que seja) da “política” e da “cultura”, da *infraestrutura material de classe*, e isso as impede de colher plenamente o alcance do choque social e internacional contido na etiqueta “choque de civilizações”, ou mesmo na perspectiva multicultural. Os defensores do multiculturalismo muitas vezes percebem e denunciam o “dramático regresso” que subsiste nas “formas constitucionais e pluralísticas” das democracias ocidentais a favor de “uma democracia das raízes, dos valores, da identidade cristã, ocidental, capitalista” – ou seja, de uma democracia racista –, mas fogem quase totalmente à demanda-chave: quais são as potências materiais, as classes sociais, que empurram com tanta energia nessa direção, por eles negligenciadas?

O nó desfeito aponta a *raiz social, de classe*, do racismo, bem como os objetivos *de classe* das políticas racistas. Para a *superclasse* capitalista que nos governa, o nó da questão está, ao contrário, muito bem atado. Ela vê na formação de sociedades multirraciais, multinacionais, multiculturais, um risco potencialmente mortal à própria ordem social, que tem na hierarquia das raças e das culturas e, sobretudo, na concorrência, na contraposição e na hierarquização dos trabalhadores sobre bases nacionais, seus pilares. Ela vê o número crescente, o enraizamento crescente, a *centralidade* crescente dos imigrantes na produção de bens e de serviços, a força *estrutural* crescente deles. Ela é consciente do fato de que saímos desde duas, três décadas de polarização entre capital e trabalho assalariado, que também envolveu plenamente uma massa de trabalhadores “brancos”.

E porque tudo indica que tal polarização se acentuará por uma longa fase, mesmo no que diz respeito ao poder político decisório nas empresas, no mercado, na sociedade, enfim, no mundo inteiro, ela

⁹ Como o posicionamento do cientista político Carlo Galli, “Introduzione”, em Carlo Galli (org.), *Multiculturalismo: ideologie e sfide* (Bologna, Il Mulino, 2006). Ainda mais rigorosamente afastado das questões decisivas (a meu ver) está o “multiculturalismo” de Habermas, que outra coisa não é senão um monoculturalismo, um assimilacionismo temperado, dentro do qual não é por acaso central o tema da tolerância, do “tolerar as diferenças”, do “tolerar reciprocamente formas de vida e visões de mundo que, dos respectivos pontos de vistas, são para nós um verdadeiro desafio existencial”, de tolerar “pertencimentos subculturais”, mas na condição de que todos, ou seja, os imigrantes, reconheçam como imodificável a legitimidade jurídica e política, supostamente neutra, das normas e dos ordenamentos democráticos (que, na realidade, os discriminam); ver Jürgen Habermas, *Solidarietà tra estranei: interventi su “Fatti e norme”* (Milão, Guerini e Associati, 1997), p. 27-44, e Jürgen Habermas e C. Taylor, *Multiculturalismo: lotte per il riconoscimento* (Milano, Feltrinelli, 1998). Sobre o caráter repressivo de uma semelhante “tolerância”, já havia escrito Marcuse.

... com toda razão, que na onda de tais dinâmicas socioeconômicas, socioculturais e sociopolíticas, a convergência entre populações e trabalhadores autóctones e imigrantes se intensifique até levar, certamente não de modo linear e espontâneo, à unidade consciente dos mesmos. Por mais que esse risco não lhe pareça iminente (com razão), ela teme, todavia, seu crescimento. E mobiliza, em sua defesa, as velhas “potências do inferi”*, o poder mágico do racismo, que sabe dividir e estratificar os trabalhadores, os “povos” e os indivíduos segundo lógicas perversas de raça, nação, cultura e fé religiosa.

Mas essa intensificação do racismo institucional, por sua vez, reclama um antirracismo igualmente sólido e poliédrico, ao buscar a unidade do mundo do trabalho e ao combater, com máxima energia e consciência, todas as discriminações e as vexações que recaem sobre os “não brancos”. A auto-organização das populações e dos trabalhadores imigrantes permanece a primeira força contra esse sistema de discriminações raciais e, aos nativos, pede-se, a meu ver, apoiá-la ativamente, sem impor nenhuma condição preliminar¹⁰. E a igualdade, o tema da *igualdade de tratamento em todos os níveis e em todos os campos*, deve ser relançada, sem ser, de nenhum modo, intimidada pela naturalização das desigualdades que impera hoje.

Quanto mais decaíam as discriminações, menos as populações imigrantes sentirão a necessidade de se entrincheirar e de “se fechar”, mais a troca fecunda entre povos, culturas e indivíduos se multiplicará, mais abertas e livres das ridículas obsessões identitárias se tornarão as sociedades, mais rapidamente desmoronarão os muros identitários que nos sufocam. Mas continua sendo do mesmo modo fundamental a libertação dos trabalhadores nacionais europeus das gaiolas das ideologias, das políticas e da práxis nacionalista e chauvinista, que, há décadas, fincaram raízes (e que raízes!) nas organizações “operárias”, e sua reconciliação com as mais valiosas experiências internacionalistas do passado.

Utopias em vão?

Não diria isso. Desde o passado longínquo (o I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, na cidade de Genebra, em setembro de 1866, que votou as resoluções para as oito horas) até os tempos atuais (o formidável 1º de maio de 2006 nos Estados Unidos,

* Inferno do mundo pagão. (N. T.)

¹⁰ Assim como deve ser apoiada, em minha opinião com a mesma energia, a autodesefesa dos imigrantes.

com manifestações de milhões de imigrantes), passando pela Comuna de Paris, pelas indicações importantes sobre imigração do Congresso Internacional de Stuttgart (1907) e, mais tarde, pela confraternização entre operários e camponeses russos e alemães na fronteira entre a Rússia e a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, pelo Congresso dos Povos do Oriente em Baku (setembro de 1920), pelo 1968 francês, belga, italiano (nesse caso os “estrangeiros” eram os imigrantes da Itália meridional), pelo 1973 dos grevistas da Ford de Colônia, pela surpreendente coordenação da U. S. Labor Against the War, pelas primeiras greves internacionais dos portos e pela UPS nos anos 1990, pelos movimentos ligados à *via campesina*, por Seattle, Porto Alegre, Bamako, Mumbai (mesmo com todas as fraquezas), e assim por diante: o encontro, a cooperação, a solidariedade entre explorados de diferentes nacionalidades – ou, pelo menos, a afirmação da indispensabilidade de tais processos e da unificação do mundo do trabalho em escala mundial na luta contra o capitalismo global – foi e é um dado da *realidade*.

Por que não poderia voltar a ser potencializado nos tempos (mais ou menos) recentes? Por qual razão, ao lado de um reavivamento do racismo institucional, doutrinal e popular (e contra ele), não poderia haver também um reavivamento do antirracismo de classe? No fundo, nada está decidido.

Alguém poderia retrucar mostrando quão dividida internamente está também aquela “nova classe global dos desfavorecidos”, da qual Sassen¹¹ soube captar a formação; quão perdida e na defensiva encontra-se hoje a classe trabalhadora da Europa (e do Ocidente). Eu também vejo isso. Mas a história não acaba agora, e as classes sociais têm memória de elefante. Por mais difícil, difícilíssimo, que seja, é possível – é necessário – que, estimulada por circunstâncias adversas, a classe do trabalho assalariado, a classe que vive do trabalho (como diz Ricardo Antunes), que mais do que nunca é *realmente mundial*, reencontre-se consigo mesma e com seu audaz, magnífico “sonho” de dar vida a *outra civilização*.

Uma civilização não das coisas, das mercadorias, do dinheiro, da imperante alienação, mas dos indivíduos de todas as cores e “tradições” ou culturas, *livres* do domínio da mercadoria, do dinheiro, do Estado; indivíduos cooperativos, *iguais* e, por fim, *repaziguados* com a mãe natureza e com todos os seres humanos.

¹¹ Cf. Saskia Sassen, *A Sociology of Globalization* (Nova York, Norton & Company, 2007), cap. 6.